

Orações relativas positivas em português: entre a sincronia e a diacronia

Adriana Cardoso

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Escola Superior de Educação de Lisboa (Portugal)

adrianaprincipe@gmail.com

Recibido o 10/01/2011. Aceptado o 10/06/2011

Resumo

Este estudo apresenta uma análise comparativa das relativas apositivas introduzidas pelo pronomes relativo *o qual* em português europeu contemporâneo e na diacronia do português. Do ponto de vista descritivo, existe um contraste marcado entre as propriedades das relativas apositivas com *o qual* na sincronia e diacronia do português. Este contraste é descrito tendo em conta os seguintes parâmetros: (i) núcleo interno; (ii) extraposição; (iii) *pied-piping*; (iv) antecedente oracional; (v) antecedente descontinuo; (vi) coordenação do pronome relativo com um grupo nominal; (vii) força ilocutória; (viii) conjunção coordenativa. A análise que se propõe para explicar os contrastes observados toma como referência o quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981 e trabalhos subsequentes), na sua versão minimalista (e.g., Chomsky 1993, 1995). A mudança linguística é interpretada com base no modelo proposto por Lightfoot (1991, 1999 e trabalhos posteriores), que estabelece uma relação estreita entre mudança linguística e aquisição da linguagem. A ideia central é a de que as relativas apositivas não envolvem apenas uma estrutura sintáctica, podendo ser geradas por coordenação especificante (cf. De Vries 2006) ou por elevação do núcleo (cf. Kayne 1994, Bianchi 1999). Aplicando esta abordagem não unitária aos contrastes observados em português, propõe-se que em estádios anteriores do português as orações apositivas introduzidas por *o qual* são geradas por coordenação especificante, enquanto em português europeu contemporâneo são geradas por elevação do núcleo. Esta hipótese deriva as propriedades contrastivas acima mencionadas, fornecendo também uma base teórica sólida para explicar a mudança que ocorreu na história do português.

Palabras chave

Linguística, sintaxe, sintaxe comparada, orações relativas apositivas

Sumario

1. Introdução. 1.1. O *corpus*. 1.2. Metodologia. 2. As orações relativas apositivas em português europeu: propriedades contrastivas. 2.1. Núcleo interno. 2.2. Extraposição. 2.3. *Pied-piping*. 2.4. Antecedente oracional. 2.5. Antecedente descontinuo. 2.6. Coordenação do pronome relativo com um grupo nominal. 2.7. Força ilocutória; 2.8. Conjunção coordenativa. 2.9. Sumário. 3. A literatura sobre relativas apositivas. 3.1. Análises propostas na literatura. 3.2. Análises unitárias e não unitárias. 4. Proposta. 4.1. Explicação das propriedades contrastivas. 4.2. Explicação da mudança. 4.3. Variação sincrónica.

Appositive relative clauses in Portuguese: synchrony and diachrony

Abstract

This study presents a comparative analysis of appositive relative clauses introduced by the relative marker *o qual* lit. 'the which' in contemporary European Portuguese and earlier stages of Portuguese. From a descriptive point of view, it is shown that *o qual*-appositive relative clauses in contemporary European Portuguese and earlier stages of Portuguese contrast sharply with respect to the following properties: (i) internal head; (ii) extraposition; (iii) *pied-piping*; (iv) clausal antecedent; (v) split antecedent; (vi) coordination of the relative morpheme with a noun phrase; (vii) illocutionary force; (viii) coordinator. The analysis proposed to account for these contrasts is developed within the Principles and Parameters framework of generative syntax (Chomsky 1981 and subsequent work) in its minimalist version (e.g., Chomsky 1993, 1995). The interpretation and explanation of the grammatical change under scrutiny is developed within the model proposed by Lightfoot (1991, 1999, and subsequent work), which associates diachronic change with language acquisition. The central claim is that appositive relatives cannot be derived from a single syntactic analysis. Instead, they might be generated by two different structures: the raising structure (Kayne 1994 and Bianchi 1999) or the specifying coordination structure (De Vries 2006). Applying this dual approach to the contrasts found between earlier and later Portuguese, it is claimed that *o qual*-appositive in contemporary European Portuguese use the raising structure, whereas those in earlier stages of Portuguese use the specifying coordination structure. This hypothesis not only derives the contrasting properties mentioned but also provides insight into the syntactic change that has taken place in the history of Portuguese.

Keywords

Linguistics, syntax, comparative syntax, appositive relative clauses

Contents

1. Introduction. 1.1. The *corpus*. 1.2. Methodology. 2. Appositive relative clauses in European Portuguese: properties in contrast. 2.1. Internal head. 2.2. Extraposition. 2.3. *Pied-piping*. 2.4. Clausal antecedent. 2.5. Split antecedent. 2.6. Coordination of the relative pronoun with a noun phrase. 2.7. Illocutionary force. 2.8. Coordinator. 2.9. Summary. 3. Appositive relatives: state of the art. 3.1. Analyses available in the literature. 3.2. Unitary and non-unitary analyses. 4. The proposal. 4.1. Deriving the contrasting properties. 4.2. Explaining diachronic change. 4.3. Synchronic variation.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga um caso de (micro-)variação que envolve relativas apositivas introduzidas pelo pronome relativo *o qual*. Pretende-se, por um lado, apresentar e descrever as propriedades que distinguem as relativas apositivas com *o qual* na diacronia e sincronia do português e, por outro, mostrar que uma análise não unitária das orações apositivas permite explicar não só os contrastes observados como também a mudança sintáctica que ocorreu na história do português.

Inserindo-se na linha de investigação que tem vindo a ser designada de *sintaxe comparada*, este estudo assenta em evidência empírica sólida e bem controlada. Tomando como objecto uma construção muito específica —orações relativas apositivas introduzidas pelo pronome relativo *o qual*—, analisada em diferentes fases de uma mesma língua, este trabalho envolve um elevado grau de controlo de variáveis, muitas vezes inviável em estudos que comparam línguas histórica e tipologicamente distantes.

A análise que se propõe para explicar os contrastes observados toma como referência o quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981 e trabalhos subsequentes), na sua versão minimalista (e.g., Chomsky 1993, 1995). A mudança linguística é interpretada com base no modelo proposto por Lightfoot (1991, 1999 e trabalhos posteriores), que estabelece uma relação clara entre a mudança linguística e a aquisição da linguagem. A adopção de um modelo teórico de referência foi decisiva para os resultados obtidos neste estudo. Por um lado, o enquadramento teórico foi decisivo para a organização, descrição e explicação dos dados. Por outro lado, permitiu fazer predições importantes, que orientaram a pesquisa de *corpora* numa fase adiantada da investigação.

A investigação teórica desenvolvida inscreve-se no âmbito dos estudos que podem ser apelidados de *análises não unitárias* das orações apositivas (cf. Cinque 1982, 2008 e Smits 1988). Em traços gerais, estas análises têm como denominador comum a ideia de que a diversidade de orações apositivas documentadas numa perspectiva inter e intra linguística não pode ser derivada a partir de uma só estrutura sintáctica. O presente estudo mostra que a hipótese não unitária é sustentada por evidência proveniente de diferentes sincronias do português. Em particular, sugere-se que análises sintácticas propostas na literatura podem ser consideradas não como análises alternativas para explicar um mesmo fenómeno, mas como instrumentos de análise complementares, cruciais para a explicação da variação documentada sincronica e diacronicamente.

1.1. O corpus

A investigação que se apresenta assenta em fundamentação empírica proveniente de diversas fontes, em função dos objectivos delineados.

No que concerne à diacronia do português, o período compreendido entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XVI é estudado com base nos textos editados em Martins (2001), em *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Os dados recolhidos são complementados por outras fontes, em particular por textos disponíveis no *Corpus Informatizado do português Medieval* – CIPM (Xavier, coord.) e no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* – TYC (Galves, coord.). São também consideradas algumas edições de documentos da época, nomeadamente, Brocardo (1997 e 2006), Piel e Nunes (1988), Piel (1948), Macchi (1975) e Camões (1999).

Para o período compreendido entre a segunda metade do século XVI e o século XIX, a fundamentação empírica é proveniente do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* – TYC (Galves, coord.), bem como dos textos disponibilizados em CARDS - *Cartas Desconhecidas* (Marquilhas,

coord.) e *Corpus do Português* – CdP - (Davies e Ferreira 2006-). Tal como para o período anterior, são igualmente consideradas edições de outros documentos da época, a saber: Muhana (1995), Pereira (1987) e Coelho (1987).

Os exemplos retirados de *corpora* históricos são identificados pela sigla/acrónimo do *corpus* (e.g., TYC) ou edição (e.g., Martins 2001). É apresentada ainda informação relativa à data do texto (ano ou século, em função da informação disponível). Na apresentação dos exemplos, as convenções editoriais são simplificadas: (i) os parênteses e itálicos que indicam o desenvolvimento de abreviaturas são eliminados; (ii) a indicação de linha e o hífen (que assinala a translineação) são eliminados; (iii) o til e o os acentos que alguns editores transcrevem a seguir a determinadas letras são colocados sobre a letra a que estão associados.

Para o português europeu contemporâneo (PEC), para além das minhas próprias intuições e dos juízos de outros falantes nativos, são considerados textos provenientes de diversas fontes. Os *corpora* consultados são: *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público* – CETEMPúblico (Rocha e Santos 2000), *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* – CRPC (Bacelar do Nascimento, coord.), *Corpus do Português Oral* – CD-ORAL-ROM (Bacelar do Nascimento, Portuguesa coord. 2005), *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* – CORDIAL-SIN (Martins, coord.). Os exemplos provenientes de *corpora* são referenciados com o nome do *corpus* (e.g., CRPC) e por informação básica relativa, por exemplo, à versão/ficheiro (e.g. CETEMPúblico 1.7. v.4.0). Os exemplos retirados de outros estudos ou gramáticas são referidos como habitual (e.g., Brito e Duarte 2003).

1.2. Metodologia

O estudo das relativas apositivas com o *qual* que aqui se apresenta insere-se no estudo mais vasto das construções de relativização apresentado em Cardoso (2010). No âmbito desta investigação, o ponto de partida para o estudo da diacronia do português foi o *corpus* editado em Martins (2001), constituído por 218 documentos notariais produzidos entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XVI. As orações relativas que ocorrem neste *corpus* foram extraídas manualmente e colocadas numa base de dados, que contém cerca de 4000 ocorrências. De entre estas ocorrências, 489 correspondem a relativas apositivas com o *qual*, que apresentam a seguinte distribuição cronológica:

século XIII (segunda metade)	século XIV	século XV	século XVI (primeira metade)
76	186	143	84

Tabela 1. Distribuição das relativas apositivas com o *qual*

Posteriormente, foram consultados outros *corpora* (cf. Secção 1.1.), de forma a: (i) documentar propriedades não atestadas em Martins (2001); (ii) consultar outros tipos textuais que documentam os mesmos fenómenos; (iii) considerar o período compreendido entre a segunda metade do século XVI e o século XIX.

Os dados relativos à história do português foram sistematicamente comparados com dados do PEC (cf. Secção 1.1.). Esta metodologia comparativa foi alargada, em Cardoso (2010), à comparação entre o português e outras línguas contemporâneas. Contudo, por limitações de espaço, esta última dimensão não é explorada no presente artigo.

2. AS ORAÇÕES RELATIVAS APOSITIVAS EM PORTUGUÊS EUROPEU: PROPRIEDADES CONTRASTIVAS

Esta secção apresenta oito propriedades contrastivas que distinguem as apositivas com *o qual* em PEC das apositivas com *o qual* na história do português. Ainda que estas propriedades contrastivas sejam documentadas em diferentes estádios de uma mesma língua, é de salientar que, segundo Cinque (2008), diferentes línguas contemporâneas também exibem divergências em relação a estas propriedades.

2.1. Núcleo interno

Em PEC, as relativas apositivas introduzidas por *o qual* não podem ocorrer com núcleo interno¹ (cf. (1))². Tal possibilidade é, contudo, profusamente atestada na história do português (cf. (2)).

- (1) *Existem argumentos fortes a favor dessa análise, os quais *argumentos* apresentarei de seguida.
 (2) entrego e outorgo. ao Mosteiro de san Saluador de Moreyra. hũu casal que e en Rial de Pereyra. o qual *casal* a dita dona Mayor uëegas [...] mandou ao dito Mosteiro. (Martins 2001, ano 1282)

Em estádios anteriores do português, a sequência *o qual* + núcleo interno ocorre, sobretudo, em contextos de não adjacência³ entre o antecedente e a oração relativa (cf. (3)) e quando a oração relativa com *o qual* é precedida por múltiplas orações relativas (cf. 4). Contudo, frases como (2) mostram que estas são apenas tendências e não condições *sine qua non* para a ocorrência destas estruturas⁴.

- (3) E o dicto Juiz per *sentença* defenetuia asy o Julgou da quall *sentença* o dicto Reeo nõ apellou (Martins 2001, ano 1282)
 (4) el emprestarra sobre hũu stormento de obrigaçam que tynha ao dito uasco martjz *quinze corroas dourro* as quaes lhe Ja o dito uasco martjz tynha pagadas per ourro e djnheirros e per oytocentos Reaes brãcos que lhe auja de dar ffernada affonso morador no dito logo de mirãda cõ que elle ffcarra *das quaes quinze corroas dourro* el daua por quite e ljure deste dja pera todo senpre (Martins 2001, ano 1425)

Algumas das propriedades centrais das orações apositivas introduzidas por *o qual* + núcleo interno em estádios anteriores do português são enumeradas abaixo.

¹ Brito (1991: 133) considera que as orações relativas apositivas com *o qual* + núcleo interno são marginais em PEC. Smits (1988), por sua vez, refere que esta sequência não é possível em PEC. Note-se ainda que, segundo Brucart (1999: 499), o relativo *el cual* em castelhano pode ocorrer esporadicamente com núcleo interno.

² Como alternativa a esta estrutura, opta-se habitualmente por uma outra construção (cf. (i)), à qual têm sido atribuídas diferentes designações na literatura: *relativa de aposto* (Peres e Móia 1995: 270-1), *relativa com antecedente resumptivo justaposta* (Brucart 1999: 423) e *construção apositiva com núcleo externo adicional* (Cardoso 2010: 255, 328-9). Veja-se também Brito (1991: 132-3, 2005: 413) e Brito e Duarte (2003: 674-5).

(i) É muito provável que existam razões ponderosas para a escolha do 'timing' do congresso, *razões* que por agora desconheço.

³ Entende-se por contextos de não adjacência os casos em que entre a relativa e o antecedente existe material lexical da matriz. Na literatura, estes contextos de não adjacência são também designados de *extraposição*; as relativas que ocorrem fora do DP que contém o antecedente são designadas *relativas extrapostas* (cf. Secção 2.2.).

⁴ No estudo quantitativo apresentado em Cardoso (2008), que tem por base os textos editados em Martins (2001) (para o período compreendido entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XVI) e os textos editados por Pereira (1987), Coelho (1987) e Muhana (1995) (para o período compreendido entre o século XVI (2ª metade) e o século XVII), mostra-se que nos contextos de adjacência entre o antecedente e a oração relativa, *o qual* sem núcleo interno é mais frequente em todos os séculos; nos casos de não adjacência, *o qual* seguido de núcleo interno é mais frequente em todos os séculos, excepto no século XVII, em que o uso de *o qual* sem núcleo interno é preponderante em todos os contextos.

- O núcleo interno e o antecedente podem não exibir identidade semântica e fonológica (e.g., *a era de quatrocentos e oito ... no qual ano*, Macchi 1975, séc. XV; *a dom lourenço ... o qual arcebispo*, Martins 2001, ano 1402).
- O núcleo interno é sempre nominal, ainda que o antecedente possa ser não nominal (cf. Secção 2.4.) (e.g., *os ditos cassaaes fforõ cõprados dos dinheiros do dito mosteiro polla quall Razom de derejto pertecem e perteyam ao dito mosteiro*, Martins 2001, ano 1437).
- O núcleo interno pode ser um nome próprio ou comum (e.g., *o qual casal* em (2) e *A qual Luzía dominguiz*, Martins 2001, ano 1377); um nome contável ou não contável⁵ (e.g., *o qual casal* em (2) e *o quall vinho*, Martins 2001, ano 1510).
- O núcleo interno não corresponde apenas ao núcleo nominal, podendo estar associado a diferentes tipos de modificadores (e.g., *o quall casal com suas perteenças*, Martins 2001, ano 1472); pode também corresponder a um grupo nominal coordenado (*O qual casal e meio Barco*, Martins 2001, ano 1308).

2.2. Extraposição

Em PEC, as orações relativas apositivas introduzidas por *o qual* podem ser extrapostas, i.e., a adjacência entre o antecedente e a oração relativa pode ser interrompida por material que pertence à frase matriz. O exemplo (5) ilustra esta possibilidade; neste caso, a adjacência entre o antecedente e a relativa apositiva é interrompida pelo constituinte *nos negócios*.

- (5) O leiloeiro, para não levantar suspeitas, utilizava ainda um outro indivíduo *nos negócios*, o qual muitas vezes aparecia a arrematar os bens em seu lugar. (CETEMPúblico 1.7 v. 4.0)

Em PEC, a extraposição de relativas apositivas com *o qual* obedece, contudo, a três restrições:

- O antecedente das relativas apositivas com *o qual* pode ser um sintagma nominal fraco, mas não um sintagma nominal forte⁶ (Milsark 1974)⁷.

- (6) *Em França, um grupo de skinheads atirou *o/um jovem marroquino *ao rio Sena*, o qual acabaria por morrer afogado.

- A extraposição não é permitida quando o antecedente da oração relativa com *o qual* é o complemento de uma preposição.

- (7) *Discuti com um amigo meu *ontem*, o qual teima em dizer que não vai votar nas próximas eleições.

- A extraposição é permitida quando o antecedente da oração relativa com *o qual* é um sujeito pós-verbal, mas não quando é um sujeito pré-verbal.

⁵ Note-se que o núcleo interno *vinho* é um nome não contável que se encontra recategorizado como contável; neste caso específico, o núcleo da oração relativa está associado à unidade de medida *tonell* (*hũu tonell de vinho ... o quall vinho*) (cf. Cardoso 2010: 262).

⁶ Milsark (1974) estabelece a distinção entre determinantes fracos (e.g., *a, some, many, three*), que podem ocorrer em contextos existenciais que envolvem a inserção de *there*, e determinantes fortes (e.g., *the, every, all, most*) que não podem ocorrer nestes contextos. Veja-se o contraste em (i). Efeitos de definitude deste tipo também ocorrem em PEC (cf., e.g., Duarte e Oliveira 2003: 224, nr. 32).

(i) a. There is/are a/some/many/three fly/flyes in my soup.

b. *There is/are the/every/all/most fly/flyes in my soup.

⁷ De acordo com as minhas intuições e com as dos falantes que consultei, o contraste apresentado em (6) é claro. O mesmo se aplica à agramaticalidade de (7). Contudo, alguns falantes parecem ter juízos divergentes. Para uma breve discussão da variação sincrónica observada neste domínio, veja-se a secção 4.3. deste artigo.

- (8) a. Terá lugar uma reunião *no dia 21 de Setembro*, na qual se discutirá a viabilidade do projecto.
 b. *Uma reunião *terá lugar no dia 21 de Setembro*, na qual se discutirá a viabilidade do projecto.

Estas restrições não se observam, contudo, em estádios anteriores do português. Como se ilustra nos exemplos abaixo, o antecedente de uma oração relativa apositiva introduzida por *o qual* pode ser um sintagma nominal forte (e.g., *o dicto herdamento* em (9)), o complemento de uma preposição (e.g., *sua molher* em (10)) e um sujeito pré-verbal (e.g., *o dicto enprazamento cõ toda sua benffeitoria* em (11)).

- (9) *depos morte da dicta dona Gyralda fficou o dicto herdamento ao dicto Moesteyro de suso nomeado. o qual herdamento est assy como os manios Çinquenta astíis* (Martins 2001, ano 1294)
 (10) *Joham Lourenço mandou rrecado a sua molher que sse fosse pera elle: da quall ja tinha hũu filho, que chamavom Alvaro* (Macchi 1975, séc. XV)
 (11) *E mortas as dictas pessoas o dicto enprazamento cõ toda sua benffeitoria ficar liure e desenbargado ao dicto Moesteiro cuJo he Ao qual enprazamêto Eu [...] dou m̃jnha autoridade* (Martins 2001, ano 1441)

Em estádios anteriores do português, o relativo *o qual* pode ainda referir-se a um antecedente que se encontra noutra unidade discursiva, como em (12). Na literatura, estas sequências são designadas *relativo de ligação* (cf., e.g., Bianchi 1999 e Ramat 2005)⁸.

- (12) —Senhor, chegou ally o allmocadẽ, *e parece-me que diz que lhe he neçessario de vos fallar llogo ante que amanheça.*

O qual comde mamdou que viesse. (Brocardo 1997; séc. XV)

2.3. *Pied-piping*⁹

Em CEP, existem restrições quanto ao tipo de constituinte que pode ser alvo de *pied-piping* em relativas apositivas com *o qual*. As frases em (13)-(17) mostram que *o pied-piping* é permitido se o constituinte envolvido for um sintagma preposicional (13), mas não se for um sintagma determinante (14) ou uma oração não finita (infinitiva (15), gerundiva (16) ou participial (17))^{10 11}.

- (13) *Recomendo este livro, [PP no qual] podes encontrar toda a informação que procuras.*
 (14) **O Pedro, [DP a mulher do qual] conheceste ontem, perguntou por ti.*
 (15) **Entregaram-me ontem os documentos, [CP para analisar os quais], preciso de pelo menos um mês.*
 (16) **Convocámos os responsáveis, [CP reflectindo com os quais] chegámos a uma conclusão.*
 (17) **A direcção vai apresentar os resultados, [CP conhecidos os quais] algumas soluções estratégicas serão discutidas.*

⁸ Brucart (1999: 421) usa a designação de *relativas justapostas* para se referir às orações relativas que constituem um enunciado independente. Segundo o autor, o pronome relativo *el cual* adapta-se com “bastante naturalidade” às relativas justapostas, provavelmente devido à sua independência fónica e ao facto de o artigo reproduzir os traços gramaticais do antecedente.

⁹ O termo *pied-piping* é usado para designar os contextos em que um movimento que tem como alvo um elemento X acaba por envolver um constituinte que contém X.

¹⁰ Nas representações estruturais, mantêm-se sem tradução os termos técnicos utilizados. Em (16) e (17) assume-se, seguindo Lobo (2003), que as gerundivas e participiais são projecções de C. Por fim, é de referir que Brito (1991) e Peres e Mória (1995) consideram que frases como (14)-(17) são gramaticais em PEC. Note-se, porém, que, de acordo com os meus próprios juízos e com os juízos dos falantes que consultei, a agramaticalidade de (14)-(17) é clara. Para uma breve discussão da variação sincrónica observada neste domínio, veja-se a secção 4.3. deste artigo.

¹¹ As restrições mencionadas para o CEP parecem não se aplicar ao castelhano; veja-se Brucart (1999: 498, 421) para exemplos que envolvem *pied-piping* de sintagmas determinantes e orações absolutas.

As restrições exemplificadas em (13)-(17) não se observam, porém, em diacronia. Como se ilustra em (18)-(21), em estádios anteriores do português o *pied-piping* pode envolver sintagmas determinantes (18) e orações não finitas (infinitivas (19), gerundivas (20) e participiais (21)).

- (18) recebj hua procuraço do Abade san Joane da pendorada e do Conuêto [DP o teor da qual] atal e de ueruo. a ueruo (Martins 2001, ano 1278)
- (19) no Latim há três Gerúndios, um em Di, outro em Do, outro em Dum, [CP para explicar os quais] se serve a língua Portuguesa da voz do Infinitivo com alguma preposição (TYC; Jeronimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa*, ano 1725)
- (20) enprazou a afonso periz de lestosa e a sua molher marja anes e a hũu filho ou filha dantre anbos [CP o qual hi nom avendo] a hũa pessoa qual ho postumeiro que deles mais viuer nomear (Martins 2001, ano 1489)
- (21) E sobre o negado ffoy ffilhada Enqueriçõ [CP A qual vista per m̃j] Julgey que o dito prioll prouaua quanto Auôdaua (Martins 2001, ano 1379)

2.4. Antecedente oracional

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem ter um antecedente oracional (cf. 22). Como é referido em Brito e Duarte (2003: 674-675), apenas as relativas apositivas introduzidas por *o que* e *que* podem ocorrer neste contexto (cf. (23) e (24))¹².

- (22) *O João chegou a horas, *o qual* muito me surpreendeu.
- (23) O João chegou a horas, *o que* muito me surpreendeu.
- (24) O João faltou à reunião, *que* era o que eu devia ter feito.

Tal restrição não se aplica, contudo, à diacronia do português. Como se observa em (25)-(27), as orações apositivas introduzidas por *o qual* podem ter um antecedente oracional.

- (25) e se obrygou de pagar os dytos duzentos Reaes e dous fframguãos e a dyta galinha de fforo despoys do ffaçimento da dyta molher do dito alluaro fernandez em cada hũu Ano pelo dito dia de natall per *o qual* loguo obrygou seus bões (Martins 2001, ano 1540)
- (26) se assentou com este mercador por esta maneyra, que o padre lhe desse duzentos taeis, que são trezentos cruzados da nossa moeda, & que auia de yr daly da nao ate a cidade sempre cos olhos tapados porque se caso fosse que por elle ser estrangeyro, a justiça entendesse nelle, como estaua certo que auia de ser, & pondoo a tormento lhe dissessem que confessasse quem o aly trouxeraõ elle o não soubesse dizer, nem conhecesse quem o aly trouxera, porque se temia que se fosse descuberto lhe mãdassem por isso cortar a cabeça, *o qual* o padre aceitou com todos estes partidos (CdP; Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, séc. XVI)
- (27) E depois de feito Deos e home deitou outro pregão sobre o mesmo caso dizendo aos discípulos: nam convém a vós outros saber o que está por vir, porque isso pertence à omnipotência do padre. Polo *qual* mui maravilhado estou dos letrados mostrarem-se tam bravos contra tam hórridos pregões (Camões 1999; Gil Vicente, *Tormenta*, ano 1531)

2.5. Antecedente descontínuo

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem ter antecedentes descontínuos (cf. (28))¹³.

¹² Em castelhano, *lo cual* (a variante neutra do pronome *el cual*) pode ocorrer com antecedente oracional; veja-se a este respeito Brucart (1999: 414).

¹³ De acordo com Brito (1991: 133), frases como (28) são gramaticais em PEC. Contudo, de acordo com os meus próprios juízos e com os juízos dos falantes que consultei, a agramaticalidade de frases como (28) é bastante acentuada. Para uma breve discussão da variação sincrónica observada neste domínio, veja-se a secção 4.3. deste artigo.

(28) *Se o Carlosi já não gosta da Mariaj, os quais i+j nunca se deram nada bem, então acho que não vale a pena continuarem juntos.

Em estádios anteriores do português, esta possibilidade encontra-se atestada em sequências como (29)-(31). Em (29) e (30), a relativa apositiva é introduzida pela forma plural do relativo (*os/as quaes*); em (31), o relativo encontra-se no singular, sendo seguido por um grupo nominal coordenado (*O qual pam & dinheiro*).

(29) Julgo per sentença que este êprazamento valha e se cûpra como se nesta carta, cõtê, e no vltimo consentimento do dicto prior e convento, faz menção Aos quaes_{i,j} dou e hey por dada mynha autorydade (Martins 2001, ano 1540)

(30) E por séer mays firme esta carta, seelamos dos nossos séélos e outra tal, das quaes_{i,j} deue téer o dicto ffernã yohanes hûa e a dicta dona outra. (Martins 2001, ano 1273)

(31) E pagam de cada casal ou courella dezasete alqueires de pam_i [...] Item pagam mais em dinheiro_j [...] mjl & trezentos & trinta Reaaes. O qual pam_i & dinheiro_j sam obrigados repartirem antre sssy (CdP; *Forais Manuelinos*, ano 1496-1520)

2.6. Coordenação do pronome relativo com um grupo nominal

Como se ilustra no exemplo (32), em PEC não é possível a coordenação do relativo *o qual* com um grupo nominal (neste caso, *a sua mulher*).

(32) *O presidente elogiou o João, [o qual (João) e a sua mulher] têm desenvolvido um óptimo trabalho naquela instituição.

Esta coordenação encontra-se, porém, documentada na história do português; veja-se (33) e (34).

(33) filho de hum seu filho chamado per nome dom Henrique, o qual era lidimo e, segundo conta a cronica, era o primeiro filho que o dito rei de Ungria ouve. [O qual dom Henrique e hum seu tio, irmão de sua madre], [...] se vierão a Castela aa corte, donde o dito rei dom Affonso estava (CdP; *Cronica de Portugal*, ano 1419)

(34) [As quais razões e outras muitas que o padre-mestre Francisco lhe dava], o rei gentio de Bungo ouviu e entendendo de maneira que deu em pródigo com os pobres. (CdP; João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, ano 1600)

Em contextos de coordenação, o relativo *o qual* pode também estar contido num sintagma preposicional coordenado, como em (35)-(36):

(35) pedindo-lhe usasse livremente dos poderes que trazia de Sua Santidade, [com os quais e com sua doutrina e exemplo] estava mui certo havia de fazer grandes serviços a Deus (CdP; João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, ano 1600)

(36) em que aponta as conveniências de se fazer a impressão antes em Madrid que em Lisboa, [com as quais e com o partido que oferece] eu me conformei (CdP; António Vieira, *Cartas*; 1626-1692)

2.7. Força ilocutória

O contraste entre as relativas apositivas introduzidas por *o qual* na sincronia e diacronia do português manifesta-se também ao nível da força ilocutória e, mais precisamente, na possibilidade de ocorrência de diferentes tipos de frase (declarativo, interrogativo e imperativo).

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* são sempre declarativas, não podendo ser interrogativas (cf. 37) ou imperativas (cf. 38)).

(37) *O único que te apoiou foi o João, ao qual já agradeceste devidamente por tudo o que te fez?

(38) *Acabou de chegar o João, ao qual vai já oferecer uma bebida!

Esta restrição não se observa, porém, em estádios anteriores do português. Como se ilustra em (39)-(41), a oração apositiva com *o qual* pode ter valor imperativo¹⁴:

(39) e posto que hūas pallavras sejam contra as outras, e todas em soma contradigam aa verdade, nós porém creemos que suas erradas rrazoões nom foi per malícia dos autores mas per inorancia da verdade, a quall sabe que foi d'esta guisa. (Macchi 1975, séc. XV)

(40) ho prior do moesteiro de uilarinho do dicto arcebispado me emviou dizer que sentindo por proueito do dicto mosteiro queria enprazar como de feito enprazou a quebrada de penellas que o dicto mosteiro tem sita na freguesia de sam frausto a fernam correa escudeiro morador em a villa de guimarães e a sua molher mjcía fferrnandez [...] Os quaees aJam e pessuam a dicta quebrada Com todas suas casas vinhas souts (Martins 2001, ano 1534)

(41) Com o teor do qual mandei passar esta carta testemnhável ao dito Bento Henriques, à qual mando que seja dada tanta fé e autoridade, em juizo e fora dele, e onde quer que fôr apresentada, quanta por direito se lhe deve dar. O qual uns e outros assim cumpram e al não façais (Pereira 1987, ano 1578)

2.8. Conjunção coordenativa

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem ser precedidas por uma conjunção coordenativa, como se observa em (42)¹⁵.

(42) *Foi detectado um erro grave na prova de Química, e para o qual ainda não foi apresentada nenhuma explicação.

A ocorrência de uma conjunção coordenativa nestes contextos encontra-se, contudo, documentada em estádios anteriores do português; veja-se (43)-(45).

(43) customarõ dauer e ouerom no dicto Monsteiro bõa raçom e mätijmêto de pam aluo boroa. carne e viho e o qual mätijmêto os Priores [...] auã e som theudos de dar ao dicto conuêto (Martins 2001, ano 1364)

(44) me outorgo por biẽ pagada deste dicto herdamêto & cousas que aqui en esta carta som en ella escriptos & cõteudos. Et o qual herdamêto & cousas sobredictas hã jazença no logar que chama de Curraes (CIPM; *História do Galego-Português*, ano 1289)

(45) E nos [...] outorgamos sse formos contra este prazo en todo ou en parte que peytemos aos sobredictos [...] cen mr uelhos de pãa. E a qual pãa pagada ou nõ, este prazo e as cousas que neel sson cõtehudas fiquen en ssa firmydõe. (CIPM; *História do Galego-Português*, ano 1313)

2.9. Sumário

Nas Secções 2.1. a 2.8., procedeu-se a uma comparação sistemática das propriedades das relativas apositivas introduzidas por *o qual* em PEC e em estádios anteriores do português. Os contrastes ob-

¹⁴ Em português, o modo imperativo é usado apenas para a segunda pessoa (*faz tu, fazei vós*). Para as restantes pessoas (e para as frases negativas imperativas), usa-se o modo conjuntivo.

¹⁵ Segundo Brito (2005: 403), a impossibilidade de ocorrência de conjunção coordenativa é uma das propriedades que aproxima as relativas não restritivas da justaposição.

servados são sumariados na Tabela 2. O uso de '+' significa que a relativa apositiva pode manifestar a propriedade em consideração, enquanto '-' significa que a relativa não pode exibir essa propriedade.

	apositivas com o <i>qual</i> em CEP	apositivas com o <i>qual</i> na diacronia do português
Núcleo interno	-	+
Extraposição (generalizada)	-	+
<i>Pied-piping</i> (generalizado)	-	+
Antecedente oracional	-	+
Antecedente descontínuo	-	+
Coordenação do pronome relativo com um grupo nominal	-	+
Força ilocutória (não declarativa)	-	+
Conjunção coodenativa	-	+

Tabela 2. Propriedades das apositivas com *o qual* na sincronia e diacronia do português

3. A LITERATURA SOBRE RELATIVAS APOSITIVAS

A presente secção apresenta um breve enquadramento teórico relativo à sintaxe das orações relativas apositivas. Na Secção 3.1., apresenta-se uma síntese das principais análises propostas na literatura. Na Secção 3.2., estabelece-se o contraste entre análises unitárias e não unitárias. A análise dos contrastes descritos na Secção 2 é retomada na Secção 4.

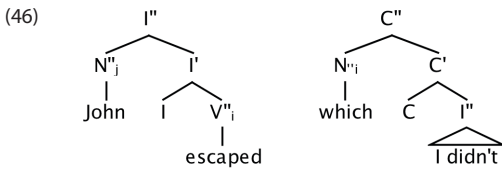
3.1. Análises propostas na literatura

As análises propostas na literatura para dar conta da estrutura das relativas apositivas podem agrupar-se em torno de duas categorias centrais¹⁶.

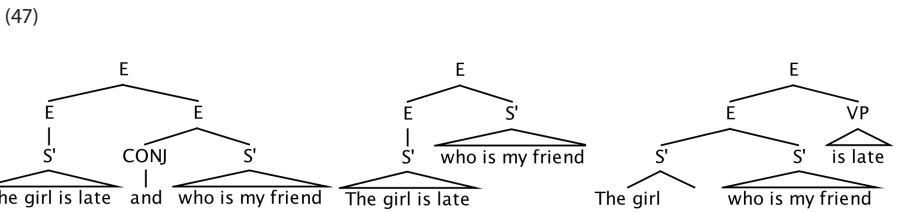
- Análises das relativas apositivas enquanto frases órfãs
 - Análises radicais (Safir 1986, Fabb 1990, Espinal 1991).
 - Análises não radicais (Ross 1967, Emonds 1979, Demirdache 1991).
- Análises das relativas apositivas por constituência
 - Análises por adjunção (Jackendoff 1977, Perzanowski 1980).
 - Análises por elevação do núcleo (Vergnaud 1974, Kayne 1994, Bianchi 1999).
 - Análises por coordenação (Koster 1995, 2000, De Vries 2002, 2006).

As análises das relativas apositivas enquanto frases órfãs postulam que a oração apositiva e o seu antecedente são gerados separadamente. Duas variantes desta análise podem ser identificadas. As análises radicais propõem que o antecedente e a oração apositiva não estabelecem nenhuma relação estrutural ao nível da sintaxe. Fabb (1990), um dos proponentes desta hipótese, defende que as relativas apositivas não estabelecem qualquer relação sintáctica com a matriz, como se ilustra em (46):

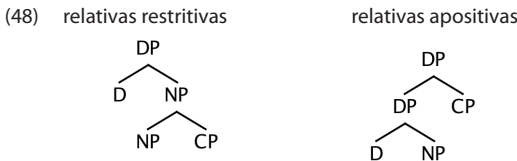
¹⁶ Para mais detalhes, veja-se De Vries (2006) e Arnold (2007).



As análises não radicais postulam que o antecedente e a oração relativa são gerados separadamente; contudo, a relativa apositiva faz sempre parte da estrutura sintáctica da matriz em algum nível da sintaxe. Emonds (1979), um dos proponentes desta hipótese, defende que as relativas apositivas são derivadas a partir de orações coordenadas. A adjacência entre o antecedente e a oração relativa é derivada por extraposição (entendida como movimento para a direita) do material interpolado (i.e., do material que ocorre entre o antecedente e a relativa apositiva)¹⁷.



No pólo oposto, as análises por constituinte defendem que o antecedente e a relativa apositiva formam um constituinte. Pelo menos, três variantes desta análise podem ser identificadas. A análise por adjunção postula que as relativas restritivas e as relativas apositivas são orações subordinadas que se adjungem ao antecedente. A diferença reside no nível estrutural envolvido na adjunção. Assumindo os desenvolvimentos mais recentes da sintaxe generativa, propõe-se que as relativas restritivas se adjugem ao sintagma nominal, enquanto as relativas apositivas (com antecedente nominal) se adjungem ao sintagma determinante (veja-se, e.g., Demirdache 1991: 109). Este contraste é representado em (48).



No âmbito das análises por constituinte, a análise por elevação do núcleo tem também sido objecto de discussão na literatura. Esta análise foi originalmente proposta por Schachter (1973) e Vergnaud (1974, 1985) e, mais recentemente, adoptada (e modificada) por Kayne (1994) e Bianchi (1999), no quadro da sintaxe antissimétrica¹⁸. Esta análise assenta em dois postulados fundamentais: (i) a oração relativa é complemento do determinante; (ii) o núcleo NP é gerado no interior da oração relativa, sendo posteriormente movido para [Spec, CP]. Veja-se a representação esquemática em (49):

¹⁷ Em (47), apresenta-se a representação da análise de Emonds proposta em Demirdache (1991: 104). Nesta representação, a categoria E representa a categoria frásica (não subordinada) mais elevada na estrutura.

¹⁸ Na literatura sobre o português, alguns estudos têm levantado objecções relativamente à adopção da análise por elevação. Veja-se, a este respeito, para as orações relativas restritivas, Alexandre (2000) e, para as orações relativas apositivas, Brito (2005).

- (49) [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i]_j C [_{IP} ... t_j]]] (pre-LF)
 e.g., *this book which I read*

Segundo Kayne (1994) e Bianchi (1999), tanto as relativas restritivas como as apositivas envolvem a estrutura representada em (49). A diferença é que as relativas apositivas envolvem movimento adicional do IP relativo para a posição de especificador do determinante externo em LF (cf. 50). Nesta configuração, o IP relativo não se encontra no escopo do determinante (D) nem do núcleo NP, o que permite dar conta dos contrastes que as apositivas e restritivas exibem, por exemplo, quanto ao escopo (para mais detalhes, ver Kayne 1994 e Bianchi 1999).

- (50) [_{DP} [_{IP} ... t_j]_k [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i]_j C t_k]]] (LF)
 e.g., *I read this book which*

Uma outra análise por constituência que merece referência é a análise por coordenação especificante, proposta originalmente por Koster (1995, 2000) e desenvolvida mais recentemente por De Vries (2006). A ideia central é a de que a oração relativa e o seu antecedente estabelecem entre si uma relação de coordenação: o primeiro membro coordenado contém o antecedente, enquanto o segundo membro coordenado contém a relativa apositiva. Na versão proposta por De Vries (2006), a relativa apositiva contida no segundo membro coordenado envolve uma estrutura de elevação do núcleo, em que um determinante abstracto toma a relativa como seu complemento (cf. (51)).

- (51) [_{CoP} DP Co [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i]_k C [_{IP} ... t_k]]]]
 e.g., *the book* , \emptyset \emptyset \emptyset *which I read*

A coordenação especificante distingue-se dos tipos tradicionais de coordenação (aditiva, disjuntiva e adversativa) ao nível semântico. Enquanto na coordenação tradicional os membros coordenados denotam diferentes entidades (e.g., *o João e a Maria*), na coordenação especificante referem uma e a mesma entidade: o segundo membro coordenado fornece informação adicional sobre o antecedente, especificando-o.

3.2. Análises unitárias e não unitárias

Tradicionalmente assume-se uma análise unitária das relativas apositivas, segundo a qual estas orações envolvem apenas uma (e a mesma) estrutura sintáctica. Esta abordagem tem sido, porém, directa ou indirectamente posta em causa por diversos autores, nomeadamente por Cinque (1982, 2008), Smits (1988) e Bianchi (1999).

Adoptando uma perspectiva comparativa, Cinque (1982, 2008) propõe que existem dois tipos de orações apositivas: apositivas integradas e apositivas não integradas¹⁹. Algumas línguas dispõem das duas estruturas (e.g., italiano e francês), enquanto outras línguas dispõem apenas de uma das estruturas. Dentro deste último grupo, encontram-se atestadas as duas alternativas: em algumas línguas existem apenas apositivas integradas (e.g., dialectos do norte de Itália e chinês), enquanto noutras línguas existem apenas apositivas não integradas (e.g., inglês e romeno).

Smits (1988) defende que uma análise unitária das relativas apositivas não permite derivar os tipos heterogéneos de apositivas documentados em diferentes línguas e dentro de uma mesma língua. Este autor propõe então uma análise não unitária, segundo a qual algumas orações relativas são analisadas enquanto frases órfãs (e.g., apositivas com antecedentes descontínuos e pseudo-relativas), enquanto outras envolvem uma análise por constituência.

¹⁹ *Grosso modo*, as apositivas integradas correspondem às análises por constituência referidas na Secção 3.1., enquanto as apositivas não integradas correspondem às análises das apositivas enquanto frases órfãs.

Algumas das limitações das análises unitárias são também discutidas por Bianchi (1999). Ao assumir que as relativas apositivas (tal como as restritivas) envolvem uma análise por elevação do núcleo, Bianchi (1999) depara-se com a impossibilidade de derivar as relativas apositivas com antecedente não nominal e as relativas de ligação a partir desta estrutura. Para resolver este problema, a autora sugere que as orações com antecedente não nominal e as relativas de ligação não são orações apositivas, mas sim orações coordenadas à oração matriz ou orações parentéticas.

4. PROPOSTA

Para explicar as propriedades contrastivas descritas na Secção 2, propõe-se uma análise não unitária das relativas apositivas, segundo a qual estas orações podem ser geradas por coordenação especificante (cf. De Vries 2006) ou por elevação do núcleo (cf. Kayne 1994, Bianchi 1999). Em particular, defende-se que, em estádios anteriores do português, as orações apositivas introduzidas por *o qual* são geradas por coordenação especificante, enquanto em PEC são geradas por elevação do núcleo.

Na Secção 4.1., mostra-se de que forma esta análise não unitária pode explicar as propriedades contrastivas das relativas apositivas introduzidas por *o qual* na história do português. A explicação desta mudança é discutida na Secção 4.2. Por fim, na Secção 4.3., tecem-se algumas considerações sobre a variação sincrónica observada no PEC.

4.1. Explicação das propriedades contrastivas

4.1.1. Núcleo interno

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem exibir núcleo interno, por oposição ao que se observa em estádios anteriores do português. A hipótese que se coloca é a de que este contraste resulta do facto de estas orações envolverem diferentes estruturas sintácticas. Assim, em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem ocorrer com núcleo interno porque são geradas por elevação do núcleo. Como se ilustra em (52), o NP (i.e., o antecedente) é gerado no interior da oração relativa, como complemento do determinante relativo (D_{rel}), sendo posteriormente movido para a esquerda de D_{rel} . Nesta estrutura, não é possível a ocorrência de um núcleo interno porque a posição de complemento de D_{rel} já está ocupada pelo NP antecedente.

$$(52) [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i] C [_{IP} \dots t_j]]]$$

Em estádios anteriores do português, as relativas apositivas com *o qual* podem ocorrer com núcleo interno porque são geradas por coordenação especificante (cf. 53). Dado que o antecedente ocorre no primeiro membro coordenado, o núcleo da oração relativa contida no segundo membro coordenado (NP) pode ser realizado como um núcleo interno (cf. De Vries 2004, 2006).

$$(53) [_{CoP} DP Co [_{DP} D [_{CP} [D_{rel} NP]_k C [_{IP} \dots t_k]]]]$$

A estrutura em (53) permite ainda explicar por que razão pode não existir identidade fonológica e semântica entre o antecedente (DP) e o núcleo interno (NP). Dado que não existe uma cadeia de movimento entre DP e NP, nada força a identidade fonológica e semântica entre estes constituintes.

4.1.2. Extraposição

A extraposição de relativas apositivas com *o qual* é mais restritiva em PEC do que em estádios anteriores do português. Nesta secção, mostra-se que este contraste pode ser explicado à luz da hipótese não unitária defendida neste estudo.

O termo *extraposição* é usado na literatura, quer numa perspectiva pré-teórica ou descritiva, referindo a não adjacência entre duas partes de uma construção, quer numa perspectiva teoricamente mais comprometida, referindo um tipo específico de movimento sintáctico. Neste estudo, o termo *extraposição* é usado numa perspectiva pré-teórica para referir os contextos em que não existe adjacência entre a oração relativa e o seu antecedente. Do ponto de vista teórico, defende-se uma análise não unitária da *extraposição* de relativas apositivas (cf. Cardoso 2010), segundo a qual existe uma correlação estreita entre a estrutura envolvida nas relativas apositivas e a estrutura envolvida na *extraposição*, tal como se apresenta esquematicamente na Tabela 3:

	apositivas com <i>o qual</i> em CEP	apositivas com <i>o qual</i> na diacronia do português
apositivas com <i>o qual</i> não extrapostas	elevação do núcleo (Kayne 1994)	coordenação especificante (De Vries 2006)
apositivas com <i>o qual</i> extrapostas	abandono da oração relativa (Kayne 1994)	coordenação especificante

Tabela 3. Orações apositivas com *o qual* (extrapostas e não extrapostas)

Para o PEC, propõe-se que as relativas apositivas com *o qual* (extrapostas ou não extrapostas) são derivadas por elevação do núcleo. A diferença é que, nos contextos de *extraposição*, a estrutura sintáctica envolve, para além da elevação do núcleo, o abandono da relativa apositiva na sua posição básica, como se representa esquematicamente em (54).

(54) [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i] C [_{IP} ... t_j rel. apositiva]]]

Para a diacronia do português, considera-se que as relativas apositivas com *o qual* (extrapostas ou não extrapostas) são geradas por coordenação especificante. A diferença reside no nível de projecção a que o segundo membro coordenado se associa (cf. (55)). Se XP=DP, existe adjacência entre o antecedente e a relativa apositiva. Se XP≠DP, a relativa apositiva é *extraposta*²⁰.

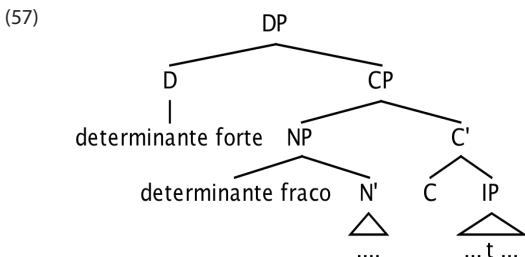
(55) [_{CoP} XP Co [_{DP} D [_{CP} NP_i [D_{rel} t_i]_k C [_{IP} ... t_k]]]]

Esta análise não unitária da *extraposição* permite explicar as restrições observadas na *extraposição* de relativas apositivas com *o qual* em PEC. Considere-se, em primeiro lugar, a restrição quanto à ocorrência de grupos nominais fortes como antecedentes de relativas apositivas. De acordo com Bowers (1988), os sintagmas nominais fortes distinguem-se dos sintagmas nominais fracos em termos estruturais: os quantificadores fortes pertencem à categoria D(eterminante), enquanto os quantificadores fracos são adjectivos que se associam ao NP; veja-se a representação em (56):

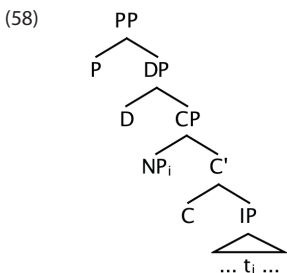
(56) a. [_{DP} each [_{NP} picture of manatees]]
 b. [_{NP} [_{AP} many] [_N pictures of manatees]]

²⁰ Note-se que, no caso de *extraposição* em apositivas geradas por coordenação especificante, existe assimetria categorial entre os membros coordenados: o segundo membro coordenado é um DP, enquanto o primeiro membro pode ser, por exemplo, um IP (se o antecedente da relativa for o sujeito (pré-verbal) da matriz). Tal situação também ocorre no caso das relativas apositivas com antecedentes oracionais (cf. Secção 4.1.4.). Nestes casos, propõe-se que a coordenação de categorias assimétricas é legitimada pela ocorrência de um D e um NP abstracto no segundo membro coordenado. Estes dois elementos funcionam como um pronome e, como tal, podem genericamente referir-se a diferentes categorias sintácticas no primeiro membro coordenado.

Assumindo este contraste entre a sintaxe interna dos sintagmas fortes e fracos, a restrição encontrada em PEC pode ser facilmente explicada. Em PEC, as relativas apositivas não podem ter antecedentes nominais fortes porque na estrutura de elevação do núcleo (cf. (57)) o D e o NP não formam um constituinte —e, como tal, não podem mover-se em conjunto, abandonando a relativa apositiva *in situ*. Esta restrição não se aplica, contudo, quando os antecedentes são grupos nominais fracos, dado que o quantificador não ocorre em D, mas sim no interior do NP.



A segunda restrição descrita na Secção 2.2. diz respeito à impossibilidade de extraposição a partir do complemento de uma preposição. Como se ilustra em (58), esta configuração não pode ser derivada pela estrutura de elevação, dado que P, D e NP não formam um constituinte (que exclua a oração relativa).



A restrição relativa à extraposição a partir de sujeitos pré-verbais assenta sobretudo na interpretação do antecedente. Em termos gerais, a ideia é a de que a extraposição de relativas apositivas obedece ao princípio interpretativo apresentado em (59):

(59) *Princípio interpretativo*

O antecedente de uma relativa apositiva com *o qual* tem de ocorrer numa posição sintáctica interpretada de forma não ambígua como não-tópico (no sentido de Kuroda 2005).

Assumindo que os sujeitos pré-verbais em PEC podem ser interpretados como tópicos ou não tópicos (cf. Martins *in prep.*), [Spec, IP] é uma posição ambígua (no sentido expresso em (59)) e, como tal, não pode ser ocupada pelo antecedente de uma relativa apositiva extraposta.

As três restrições acima mencionadas não se aplicam, porém, à diacronia do português (cf. 2.2.). Tal contraste explica-se pelo facto de as apositivas com *o qual* em fases anteriores do português serem derivadas por coordenação especificante. De acordo com esta hipótese, a restrição quanto à ocorrência de grupos nominais fortes como antecedente e quanto à extraposição a partir de complementos de preposição não se aplica, dado que não existe nenhuma cadeia de movimento entre o antecedente visível e uma posição interna à relativa. Na configuração de

coordenação especificante (cf. (55)), o antecedente é gerado no primeiro membro coordenado, não se aplicando portanto quaisquer restrições relativas ao movimento de não constituintes.

Quanto à possibilidade de extraposição a partir de sujeitos pré-verbais, propõe-se que em fases anteriores do português a ambiguidade expressa em (59) se podia resolver através do recurso a outras estratégias. Enquanto em PEC a ambiguidade associada a [Spec, IP] se resolve sintáctica e semanticamente (através da inversão do sujeito), em estádios anteriores do português poderia resolver-se apenas prosodicamente. De acordo com esta hipótese, um constituinte em [Spec, IP] podia ser interpretado de forma não ambígua como não tópico, desde que recebesse proeminência prosódica. Possivelmente, o mesmo tipo de explicação subjaz à possibilidade de extraposição de relativas apositivas a partir de sujeitos pré-verbais em algumas línguas contemporâneas, como o inglês (cf. 60)²¹ e o holandês (cf. De Vries 2002, 2006).

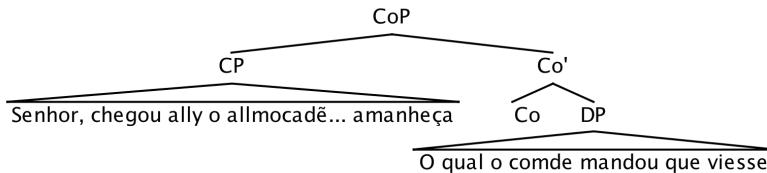
(60) Even John came, who everyone had expected would be too scared of potential publicity. (Arnold 2007: 289)

Por fim, o facto de *o qual* poder ocorrer como relativo de ligação em estádios anteriores do português pode também ser explicado à luz da estrutura de coordenação especificante. Se assumirmos que (i) a coordenação especificante pode envolver, para além de unidades frásicas, unidades do discurso e que (ii) a unidade discursiva que contém o antecedente ocorre no primeiro membro de coordenação, uma sequência como (12) —aqui repetida como (61)— pode envolver a estrutura esquematicamente representada em (62).

(61) —Senhor, chegou ally o *allmocaðe*, e parece-me que diz que *lhe* he necessário de vos fallar llogo amte que amanheça.

O qual comde mamdou que viesse. (Brocardo 1997; séc. XV)

(62)



4.1.3. *Pied-piping*

As relativas apositivas com *o qual* em PEC contrastam com as relativas apositivas atestadas em diacronia no que diz respeito às categorias que podem ser alvo de *pied-piping*.

Tradicionalmente, assume-se que o *pied-piping* decorre do mecanismo de percolação ou transmissão de traços, através do qual os traços-*wh* de um elemento X se propagam para uma categoria hierarquicamente superior que contém X (cf., e.g., Chomsky 1973 e Webelhuth 1992). A razão pela qual nem todos os constituintes podem ser alvo de *pied-piping* é atribuída, por alguns autores, à presença/ausência de categorias lexicais (N, V, A) no interior do constituinte que é alvo de *pied-piping* (cf. Cable 2007 e Grimshaw 2000).

Tendo por base estas propostas, e considerando apenas os contextos de relativização, é possível avançar uma hipótese explicativa para os contrastes observados entre a sincronia e diacronia do português. Considere-se, em primeiro lugar, a estrutura de elevação de núcleo que gera as relativas apositivas com *o qual* em PEC (cf. 63). Como já foi referido, a análise por elevação envolve duas etapas fundamentais: movimento de D_{rel} para o domínio de CP e movimento

²¹ Note-se que, em (60), a interpretação de não tópico associada ao sujeito é corroborada pela ocorrência da partícula focalizadora *even* (cf. Zimmermann 2007).

do núcleo NP para a esquerda de D_{rel}. O núcleo NP é habitualmente movido para [Spec, DP_{rel}] (cf. De Vries 2002). Contudo, quando DP_{rel} se encontra encaixado noutra constituinte, o núcleo NP é movido para o especificador mais alto do constituinte que é alvo de *pied-piping*. Esta possibilidade é apresentada em (64), que representa a *pied-piping* de um sintagma preposicional.

(63) [_{DP} D [_{CP} NP_i [_{D_{rel}} t_i] C [_{IP} ... t_j]]]

(64) [_{DP} D [_{CP} [_{PP} NP_i [_{PP} P [_{D_{prel}} DP_{rel} t_i]]]] C [_{IP} ... t_j ...]]]

A hipótese que se coloca é a de que o movimento do núcleo NP no interior do constituinte que é alvo de *pied-piping* é sujeito ao princípio em (65):

(65) A intervenção de categorias lexicais (*pied-piping*)

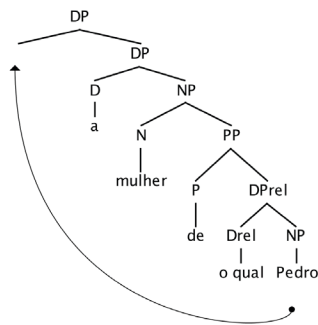
No interior do constituinte que é alvo de *pied-piping*, o movimento do NP para o especificador mais alto não pode cruzar projeções lexicais.

Assim, em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem envolver *pied-piping* de DPs e constituintes oracionais porque, nestes casos, o núcleo NP cruza pelo menos uma categoria lexical no seu movimento para o especificador mais alto (cf. (66a, b)). Tal não acontece quando um sintagma preposicional se encontra envolvido (cf. (66c)), porque, neste caso, o NP não cruza nenhuma categorial lexical no seu movimento para [Spec, PP].

(66)

a. *Pied-piping* de DP

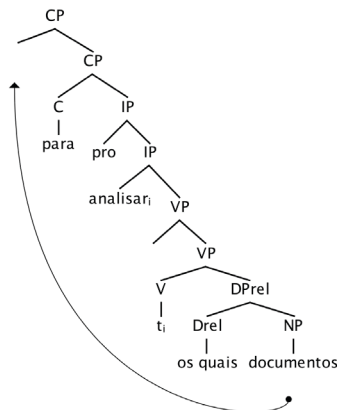
*(O) Pedro, a mulher do qual ...



Movimento do NP bloqueado
(intervenção de uma categoria
lexical: N)

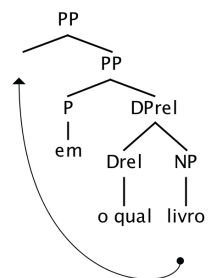
b. *Pied-piping* de CP

*(os) documentos, para analisar os quais ... (este) livro, no qual



Movimento do NP bloqueado
(intervenção de uma categoria lexical: V)

c. *Pied-piping* de PPs



Movimento de NP não
bloqueado
(não intervenção de
categoria lexical)

A possibilidade de em PEC o *pied-piping* poder ocorrer em construções partitivas (cf. (67)) parece corroborar esta hipótese. Assumindo a análise da construções partitivas proposta em

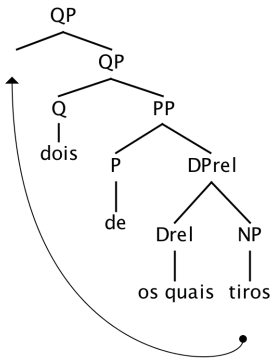
López (2002)²², o *pied-piping* é permitido nestes contextos porque o núcleo NP apenas cruza categorias funcionais (D_{rel} , P e Q) no seu movimento para [Spec, QP] (cf. 68).

(67) Este acto terá levado o industrial a disparar três tiros, [$_{QP}$ dois dos quais] terão atingido o filho no abdómen. (CRPC [jornal_annotado_RL, AT-0334])

(68)

a. ***Pied-piping* de construções partitivas**

(três) tiros, dois dos quais ...



Movimento de NP não bloqueado
(não intervenção de categoria lexical)

Em estádios anteriores do português, não existem restrições quanto à categoria dos constituintes que podem ser alvo de *pied-piping* nas relativas apositivas com *o qual*. Tal facto é plenamente explicado pela estrutura de coordenação especificante: o antecedente visível é gerado no primeiro membro coordenado e, como tal, não é sujeito ao princípio expresso em (65).

4.1.4. Antecedente oracional

Em CEP, as relativas apositivas com *o qual* não podem ter um antecedente oracional, contrariamente ao que se observa na diacronia do português. Este contraste decorre da análise não unitária proposta neste estudo. Assim, em CEP, as relativas apositivas envolvem a estrutura em (69a). Nesta estrutura, o núcleo é gerado como complemento de D_{rel} e, como tal, tem necessariamente de corresponder a uma categoria nominal. Em estádios anteriores do português, tal restrição não se impõe. Como se ilustra em (69b), o antecedente é gerado no primeiro membro coordenado; como tal, o segundo membro coordenado (que contém a relativa apositiva) pode ser associado a diferentes níveis de projecção (dado que a coordenação a diferentes níveis estruturais é independentemente permitida)²³.

(69) a. [$_{DP}$ D [$_{CP}$ NP_i [*o qual* t_i] C [$_{IP}$... t_k ...]]] (elevação do núcleo)

b. [$_{CoP}$ XP Co [$_{DP}$ [$_{D}$ D [$_{CP}$ [$_{DPrel}$ *o qual* NP]_j C [$_{IP}$... t_j ...]]]]]] (coord. especificante)

²² De acordo com López (2000), as construções partitivas não envolvem um núcleo nominal nulo, mas sim uma estrutura sintáctica em que o quantificador selecciona directamente um PP (cf. representação em (68)).

²³ Note-se que, neste caso, a coordenação envolve categorias assimétricas (cf. fn. 20). Segundo De Vries (2006), esta configuração é legítima, dado que o D abstracto que encabeça o segundo membro coordenado (possivelmente associado ao núcleo abstracto) refere o CP que se encontra no primeiro membro coordenado. Desta forma, os dois membros coordenados tornam-se funcionalmente equivalentes.

4.1.5. Antecedente descontínuo

Em PEC, as relativas apositivas com *o qual* não podem ter antecedente descontínuo. Esta impossibilidade decorre directamente da estrutura de elevação do núcleo. Nesta configuração, o antecedente poderia ser gerado no interior da relativa (como um grupo nominal coordenado contínuo). A não adjacência entre os grupos nominais seria gerada pelo movimento de cada um dos membros coordenado para diferentes posições sintácticas (cf. 70). Note-se, contudo, que esta derivação envolveria a violação da Condição da Estrutura Coordenada (Ross 1967), em particular da Restrição de Membro Coordenado (Grosu 1973), que bloqueia o movimento dos membros coordenados (na sua totalidade).

(70) *Se o Carlos_k não gosta da Maria_r, os quais [_{CoP} t_k [_{Co} Co t_j]] nunca se deram nada bem ...

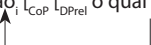
Na diacronia do português, a possibilidade de ocorrência de antecedentes descontínuos decorre da estrutura de coordenação especificante. Como se observa em (71), o antecedente é gerado no primeiro membro coordenado, não sendo como tal sujeito a restrições de movimento. Tal como os índices em (71) indicam, o D abstracto que encabeça o segundo membro coordenado encontra-se associado a grupos nominais descontínuos, tal com um pronome pode estar associado a grupos nominais não contíguos, e.g., *O Carlos, gosta da Maria, Eles_{ij} estão juntos há muito tempo* (cf. De Vries 2006).

(71) [_{CoP} [_{XP} ... []_i ... []_j] [_{Co} Co [_{DP} D_{ij} [_{CP} ... D_{rel} ...]]]] (XP=IP, CP, ...)

4.1.6. Coordenação do pronome relativo com um grupo nominal

Em PEC, o relativo *o qual* não pode ser coordenado com um grupo nominal (e.g., **O presidente elogiou o João, o qual e a sua mulher...*), facto que encontra explicação na análise por elevação do núcleo. Como já foi referido, esta análise envolve duas etapas cruciais: movimento de D_{rel} para o domínio de CP e movimento do núcleo NP para a esquerda de D_{rel}. De acordo com De Vries (2002), o núcleo NP é habitualmente movido para [Spec, DP_{rel}]. Contudo, quando DP_{rel} se encontra encaixado noutra constituinte, o núcleo NP é movido para o especificador mais alto do constituinte que é alvo de *pied-piping*. Transpondo esta análise para os contextos de coordenação do pronome relativo com um grupo nominal, obtemos a representação em (72), que envolve movimento do núcleo NP para [Spec, CoP]. Esta derivação é, contudo, excluída, dado que o movimento de um elemento a partir de um só membro coordenado viola a Condição da Estrutura Coordenada (Ross 1967).

(72) [_{CoP} João_i [_{CoP} [_{DPrel} o qual t_j] e [_{DP} a sua mulher]]]



Em estádios anteriores do português, a coordenação do pronome relativo com um grupo nominal é legitimada pela estrutura de coordenação especificante. Como se ilustra em (73), o antecedente é gerado no primeiro membro coordenado; como tal, não há extracção assimétrica a partir da estrutura de coordenação e pode haver coordenação entre o relativo *o qual* (seguido ou não de núcleo interno) e um grupo nominal (neste caso *hum seu tio*).

(73) [_{CoP} DP Co [_{DP} D [_{CP} [_{CoP} [_{DPrel} D_{rel} NP] [_{Co} Co DP]]_k C [_{IP} ... t_k ...]]]]
 e.g., *Dom Henrique...* *o qual dom Henrique e hum seu tio...*

4.1.7. Força ilocutória

As relativas apositivas com *o qual* em PEC distinguem-se das suas congéneres diacrónicas no que diz respeito aos tipos de frase: as primeiras são necessariamente declarativas, enquanto as

segundas podem ser de diferentes tipos. A hipótese que se coloca neste estudo é a de que tal diferença resulta do contraste que existe entre orações subordinadas e orações coordenadas.

Segundo Verstraete (2005), as orações coordenadas caracterizam-se pela presença de força ilocutória nas diferentes orações, enquanto as orações subordinadas caracterizam-se pela ausência de força ilocutória. Segundo este autor, o tipo declarativo que ocorre nas orações subordinadas é, não um marcador de força ilocutória assertiva, mas antes a opção não marcada que emerge em contextos de neutralização da força ilocutória.

Dado que as relativas apositivas em estádios anteriores do português envolvem coordenação entre o antecedente e a oração apositiva, o segundo membro coordenado tem força ilocutória, tal como o segundo membro coordenado em frases como: *O João foi acusado, mas será que ele cometeu mesmo esse crime?. Podes ter razão, mas faz o que eu te digo!*.

As relativas apositivas que envolvem elevação do núcleo, sendo geradas complemento do determinante, são orações subordinadas e, como tal, não têm força ilocutória. É por essa razão que em PEC as apositivas com *o qual* não podem ser de tipo interrogativo ou imperativo (cf. exemplos (37) e (38)).

4.1.8. Conjunção coordenativa

Na diacronia do português, as relativas apositivas com *o qual* podem ser precedidas por uma conjunção coordenativa. Na estrutura por coordenação especificante, esta conjunção corresponde à realização fonética do núcleo Co da estrutura de coordenação.

(74) [_{CoP} [_{DP} antecedente]	[Co [_{DP} D [_{CP} relativa apositiva]]]
e.g., <i>bõa raçom e mâtijmêto de pam aluo [...]</i>	<i>e o qual mâtijmêto...</i>

Na estrutura por elevação do núcleo não há nenhuma posição disponível para a ocorrência de uma conjunção coordenativa, o que explica o facto de as relativas apositivas com *o qual* em PEC não poderem ser precedidas por uma conjunção.

4.2. Explicação da mudança

Nas secções anteriores, propõe-se que em estádios antigos do português as apositivas com *o qual* são geradas por coordenação especificante, enquanto em PEC são geradas por elevação do núcleo. Este desenvolvimento diacrónico pressupõe que o ponto de partida é a estrutura representada em (75a), em que o antecedente visível da relativa apositiva com *o qual* é gerado no primeiro membro de uma estrutura de coordenação. Posteriormente, em determinado momento da história do português, as relativas apositivas com *o qual* passam a ser geradas pela estrutura em (75b), em que o antecedente visível é gerado no interior da oração relativa. Para facilitar a exposição, em (75a) e (75b), o antecedente visível da relativa apositiva encontra-se destacado a itálico>.

(75) a. [_{CoP} <i>DP</i> Co [_{DP} D [_{CP} NP _i [<i>D_{rel} t_i</i>] _k C [_{ip} ... t _k]]]]	(coordenação especificante)
b. [_{DP} D [_{CP} NP _i [<i>D_{rel} t_i</i>] _j C [_{ip} ... t _j]]]	(elevação do núcleo)

A mudança que ocorreu na história do português pode, como tal, ser interpretada como a perda da estrutura de coordenação nas apositivas com *o qual*. O antecedente visível deixa de ser gerado no primeiro membro coordenado, passando a ser gerado no interior da oração relativa (que é independentemente disponibilizada no segundo membro coordenado em (75a)).

Adoptando o modelo proposto por Lightfoot (1991, 1999), esta hipótese pressupõe que a evidência positiva que desencadeia a geração das apositivas com *o qual* através de coordena-

ção especificante deixa de ser robustamente atestada nos dados linguísticos a que a criança é exposta.

À luz desta proposta, a hipótese que se coloca é a de que a pista que fornece informação para a geração de apositivas com *o qual* através de coordenação especificante corresponde à estrutura de extraposição representada em (76), em que a posição de antecedente é ocupada por um sintagma nominal forte ou pelo objecto de uma preposição.

(76) [antecedente] XP [apositiva com *o qual*]

Tendo por base a análise proposta na Secção 2.2., propõe-se que as crianças, quando expostas a (76), constroem uma gramática que gera as relativas com *o qual* através de coordenação especificante, uma vez que as relativas com um sintagma nominal forte ou com o objecto de uma preposição como antecedente não podem ser derivadas a partir de uma estrutura de elevação (cf. Secção 4.1.2.).

Resta então perceber por que razão a expressão da pista representada em (76) deixa de ser robustamente atestada no *input* linguístico a que a criança é exposta. A resposta que se propõe para esta questão é a de que a diminuição dos contextos que exprimem a pista em (76) está relacionada com outras mudanças que ocorreram na história do português, que levaram a uma redução das posições funcionais disponíveis na estrutura frásica. Tal é o caso da perda de especificadores múltiplos no domínio de IP, envolvidos no *scrambling* de IP atestado em estádios anteriores do português.

Segundo Martins (2002), o *scrambling* no domínio de IP envolve constituintes com diferentes categorias sintagmáticas, como é o caso de sintagmas nominais (cf. (77a)) e preposicionais (cf. (77b)). De acordo com a análise proposta pela autora, o *scrambling* é motivado prosodica e discursivamente, uma vez que permite que os constituintes escapem à posição mais à direita da frase, posição em que recai, por defeito, o acento nuclear neutro (e a interpretação de foco informacional) (cf. Costa 1998 e Zubizarreta 1998).

(77) a. sse pela uêujra uos alguê *a dita vya* enbargar

b. de quê lhe *ssobre elle* embargo poser (Martins 2001, ano 1509, citado em Martins 2002: 244)

Crucialmente, o antecedente das apositivas com *o qual* também pode ser alvo de *scrambling* para o domínio de IP, como se ilustra em (78). Neste caso, o *scrambling* de *nesta carta* é confirmado pelo facto de este constituinte se encontrar interpolado, i.e., por ocorrer entre o proclítico *se* e o verbo *contem* (cf. Martins 2002). Note-se que, em (78), é o *scrambling* que gera a extraposição da oração relativa. Se este não ocorresse, a ordem verbo-objecto seria derivada (*como se contem nesta carta haa qual dou...*) e existiria adjacência entre o antecedente e a oração relativa.

(78) que este emprazamento valha e se cumpra como se *nesta carta* contem haa qual dou minha aucto-
ridade (Martins 2001, ano 1538)

Com a perda de *scrambling* no domínio de IP (cf. Martins 2002), há um decréscimo da frequência dos contextos de extraposição e, conseqüentemente, a pista para a análise por coordenação especificante (cf. 76) passa a ter menor expressão nos dados linguísticos de *input*. Dada a frequência mais elevada de dados linguísticos que envolvem a adjacência entre o antecedente e a oração relativa, o antecedente é analisado como sendo gerado no interior da oração relativa e as apositivas com *o qual* passam a envolver elevação do antecedente visível, deixando de envolver coordenação.

Esta hipótese está em consonância com a ideia de que a mudança sintáctica decorre da falha de transmissão de traços linguísticos através do tempo (cf. Kroch 2001: 699). Neste caso, a falha de transmissão resulta da 'aquisição imperfeita' da estrutura de coordenação especificante, que é interpretada como uma estrutura de elevação.

4.3. Variação sincrónica

Como foi referido em algumas notas de rodapé ao longo do texto (cf. notas 7, 10 e 13), os dados do PEC descritos no presente artigo correspondem aos meus próprios juízos, bem como aos juízos da maioria dos falantes que consultei. Contudo, alguns falantes parecem ter uma gramática mais conservadora, que não contém as restrições de extraposição, de *pied-piping* e de possibilidade de ocorrência de antecedentes descontínuos aqui descritas. Esta gramática conservadora parece, contudo, ser marginal. As estruturas em causa só ocorrem em registo escrito formal, sendo muito raras no oral formal. A investigação desenvolvida permitiu ainda concluir que estas estruturas são raras nos *corpora* electrónicos disponíveis para o CEP e que não são aceites pelas faixas etárias mais jovens da população.

Para dar conta da variação sincrónica observada, propõe-se a hipótese de gramáticas em competição (ou diglossia interna) proposta por Kroch (1989, 1994, 2001). Segundo esta hipótese, os falantes podem instanciar sincronicamente diversas gramáticas, em particular quando estas representam a oposição entre um vernáculo inovador e um registo literário mais conservador. Estas gramáticas não têm, contudo, o mesmo estatuto no processo de aquisição da linguagem. A gramática do vernáculo é adquirida como L1, enquanto as formas associadas ao registo literário são aprendidas mais tarde, tipicamente em contexto escolar formal.

Transpondo esta hipótese para o caso em análise, propõe-se que as crianças, quando adquirem o PEC, geram as orações relativas apositivas através da estrutura de elevação. Mais tarde, quando expostas às variedades de prestígio, deparam-se com relativas introduzidas por *o qual* que têm uma estrutura sintáctica incompatível com a das relativas apositivas geradas pela sua própria gramática. Caso pretendam replicar estas construções, vão ter então de recorrer a uma outra gramática que gera estas estruturas por coordenação especificante. Como se demonstrou na Secção 4, através desta estrutura, poderão gerar, por exemplo, relativas apositivas com *o qual* que admitem *pied-piping* ou extraposição generalizados. De acordo com esta hipótese, os juízos dos falantes com gramáticas em competição vão naturalmente divergir dos juízos dos falantes que geram as relativas apositivas de *o qual* apenas por elevação.

Agradecimentos

A Ana Maria Martins e a Mark de Vries, agradeço a discussão de muitas das questões que conduziram ao trabalho aqui apresentado. O presente texto beneficiou ainda das observações e sugestões de dois revisores anónimos, a quem também expressei o meu agradecimento. Todos os erros e lacunas são naturalmente da minha exclusiva responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, Nélia (2000): "Reflexões sobre a estrutura dos DPs relativizados: a análise [DP D^o CP] de Kayne 1994", em Rui Vieira de Castro / Pilar Barbosa (eds.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 55-74.
- Arnold, Doug (2007): "Non-restrictive Relatives are not Orphans", *Journal of Linguistics* 43(2), 271-309.
- Bianchi, Valentina (1999): *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Bowers, John (1988): "Extended X-Bar Theory, the ECP, and the Left Branch Condition", em Hagit Borer (ed.), *Proceedings of the West Coast Conference on Formal Linguistics 7*. Stanford Linguistics Association, Stanford University, 47-62.
- Brito, Ana Maria (2005): "As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de posição", em Inês Duarte / Isabel Leiria (eds.), *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 401-419.
- Brito, Ana Maria (1991): *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, Mecanismos Interpretativos e Condições sobre a Distribuição dos Morfemas Relativos*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Brito, Ana Maria / Inês Duarte (2003): "Orações Relativas e Construções Aparentadas", em Maria Helena Mateus et al. (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 653-694.
- Brucart, José María (1999): "La Estructura del Sintagma Nominal: Las Oraciones de Relativo", em Ignacio Bosque / Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 395-522.
- Cable, Seth (2007): *The Grammar of Q: Q-Particles and the Nature of Wh-Fronting, As Revealed by the Wh-Questions of Tlingit*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de doutoramento.
- Cardoso, Adriana (2010): *Variation and Change in the Syntax of Relative Clauses*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- Cardoso, Adriana (2008): "Relativas com Núcleo Interno e Relativo de Ligação na História do Português", em Sónia Frota / Ana Lúcia Santos (eds.), *Actas do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 77-92.
- Chomsky, Noam (1995): *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Chomsky, Noam (1993): "A Minimalist Program for Linguistic Theory", em Kenneth Hale / Samuel Keyser (eds.), *The Review from Building 20*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1-52.
- Chomsky, Noam (1981): *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam (1973): "Conditions on Transformations", em Stephen Anderson / Paul Kiparsky (eds.), *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 232-286.
- Cinque, Guglielmo (2008): "Two Types of Nonrestrictive Relatives", em Olivier Bonami / Patricia Cabredo Hofherr (eds.), *Empirical Issues in Syntax and Semantics 7*, 99-137.
- Cinque, Guglielmo (1982): "On the Theory of Relative Clauses and Markedness". *The Linguistic Review* 1, 247-294.
- Costa, João (1998): *Word Order Variation. A Constraint-based Approach*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Demirdache, Hamida (1991): *Resumptive Chains in Restrictive Relatives, Appositives, and Dislocation Structures*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de doutoramento.
- Duarte, Inês / Fátima Oliveira (2003): "Referência Nominal", em Maria Helena Mateus et al. (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 205-242.
- Emonds, Joseph (1979): "Appositive Relatives Have No Properties", *Linguistic Inquiry* 10(2), 211-243.
- Espinal, M. Teresa (1991): "The Representation of Disjunct Constituents", *Language* 67, 726-762.
- Fabb, Nigel (1990): "The Difference between English Restrictive and Nonrestrictive Relative Clauses". *Journal of Linguistics* 26(1), 57-78.
- Grimshaw, Jane (2000): "Locality and Extended Projections", em Peter Coopmans / Martins Everaert / Jane Grimshaw (eds.), *Lexical Specification and Insertion*. Amsterdam: Benjamins.
- Grosu, Alexander (1973): "On the Nonunitary Nature of the Coordinate Structure Constraint", *Linguistic Inquiry* 4, 88-92.
- Jackendoff, Ray (1977): *X'-Syntax: A Study of Phrase Structure*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

- Kayne, Richard (1994): *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Koster, Jan (2000): "Extraposition as Parallel Construal". Ms., Universidade de Groningen.
- Koster, Jan (1995): "Extraposition as Coordination". Comunicação apresentada no Max Planck Institut e na Universidade Humboldt de Berlim. 9 de Fevereiro de 1995.
- Kroch, Anthony (2001): "Syntactic Change", em Mark Baltin / Chris Collins (eds.), *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, Massachusetts and Oxford: Blackwell Publishing, 699-729.
- Kroch, Anthony (1994): "Morphosyntactic Variation", em Katharine Beals et al. (eds.), *Proceedings of the Thirtieth Annual Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago Linguistics Society, 180-201.
- Kroch, Anthony (1989): "Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change". *Language Variation and Change* 1, 199-244.
- Kuroda, Shigeyuki (2005): "Focusing on the Matter of Topic: A Study of Wa and Ga in Japanese", *Journal of East Asian Linguistics* 14(1), 1-58.
- Lightfoot, David (1991): *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Lightfoot, David (1999): *The Development of Language: Acquisition, Change, and Evolution*. Oxford: Blackwell.
- Lobo, Maria (2003): *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- López, Luis (2000): "Ellipsis and Discourse Linking", *Lingua* 110, 183-213.
- Martins, Ana Maria (2002): "The Loss of IP Scrambling in Portuguese: Clause Structure, Word Order Variation and Change", em David Lightfoot (ed.), *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford/New York: Oxford University Press, 232-248.
- Milsark, Gary (1974): *Existential Sentences in English*. *Generative Grammatical Studies in the Japanese Language*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de doutoramento.
- Peres, João Andrade / Telmo Móia (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Perzanowski, Dennis (1980): "Appositive Relatives Do Have Properties", em J. T. Jensen (ed.), *Proceedings of NELS X*, 355-368.
- Ramat, Anna (2005): "Persistence and Renewal in the Relative Pronoun Paradigm: the Case of Italian", *Folia Linguistica Historica* 26, 115-138.
- Ross, John (1967): *Constraints on Variables in Syntax*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de doutoramento.
- Safir, Ken (1986): "Relative Clauses in a Theory of Binding and Levels", *Linguistic Inquiry* 17, 663-689.
- Schachter, Paul (1973): "Focus and Relativization", *Language* 53, 19-49.
- Smits, Rik (1988): *The Relative and Cleft Constructions of the Germanic and Romance Languages*. Dordrecht: Foris Publications.
- Suñer, Margarita (2001): "The Puzzle of Restrictive Relative Clauses with Conjoined DP Antecedents", em Julia Herschensohn / Enrique Mallén / Karen Zagona (eds.), *Features and Interfaces in Spanish and French: Essays in Honor of Heles Contreras*. Amsterdam: John Benjamins, 267-278.
- Vergnaud, Jean-Roger (1974): *French Relative Clauses*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de doutoramento.
- Verstraete, Jean-Christophe (2005): "Two Types of Coordination in Clause Combining", *Lingua* 115(4), 611-626.
- Vries, Mark de (2006): "The Syntax of Appositive Relativization. On Specifying Coordination, False Free Relatives and Promotion", *Linguistic Inquiry* 37, 229-270.
- Vries, Mark de (2004): "Head Internal Relative Clauses in Dutch?", *Linguistics in the Netherlands* 21, 193-204.
- Vries, Mark de (2002): *The Syntax of Relativization*. Utrecht: LOT.
- Webelhuth, Gert (1992): *Principles and Parameters of Syntactic Saturation*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Zimmermann, Malte (2007): "Contrastive Focus", em Caroline Féry / Gisbert Fanselow / Manfred Krifka (eds.), *Working Papers of the SFB632, Interdisciplinary Studies on Information Structure* 6. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 147-160.
- Zubizarreta, Maria Luisa (1998): *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Fontes

- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda (coord.): *Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. ([http://www.clul.ul.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=183%3Areferen ce-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc&catid=91%3AAanagrama&lang=pt](http://www.clul.ul.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=183%3Areferen-ce-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc&catid=91%3AAanagrama&lang=pt)).
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda (Portuguese coord.) (2005): *Corpus of Spoken Portuguese*, em Emanuela Cresti / Massimo Monegli (eds.), *C-ORAL-ROM Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- Brocardo, Maria Teresa (2006): *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do Fragmento Manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Brocardo, Maria Teresa (1997): *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses - Gomes Eanes de Zurara / Edição e Estudo*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Camões, José (coord.) (1999): *Gil Vicente: Todas as Obras [CD-ROM]*. Lisboa: CNCDP.
- Coelho, António Borges (1987): *Inquirição de Évora: dos Primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho.
- Galves, Charlotte (coord.): *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese (TBCHP)*. Universidade de Campinas (IEL-UNICAMP). (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>).
- Davies, Mark / Michael Ferreira (2006-): *Corpus do Português*. (<http://www.corpusdoportugues.org>).
- Davies, Mark (2008-): *The Corpus of Contemporary American English (COCA)*. (<http://www.americancorpus.org>).
- Macchi, Giuliano (1975): *Crónica de D. Fernando - Fernão Lopes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marquilhas, Rita (coord.): *Unknown Letters (CARDS - Cartas Desconhecidas)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. (<http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly>).
- Martins, Ana Maria (2001): *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Martins, Ana Maria (coord.): *Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects (CORDIAL-SIN)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. (<http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/212-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>).
- Muhana, Adma (1995): *Os Autos do Processo de Vieira na Inquirição*. São Paulo: UNESP.
- Pereira, Isaías da Rosa (1987): *Documentos para a História da Inquirição em Portugal: Século XVI*. Lisboa: n.p.
- Piel, Joseph (ed.) (1948): *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual Tornou em Linguagem o Ifante D. Pedro, Duque de Coimbra. Edição crítica, segundo o MS. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Piel, Joseph / Irene Nunes (1988): *Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ramos, Emanuel (1982): *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Porto Editora.
- Rocha, Paulo Alexandre / Diana Santos (2000): "CE-TEMPúblico: Um Corpus de Grandes Dimensões de Linguagem Jornalística Portuguesa", em Maria das Graças Volpe Nunes (ed.), *V Encontro para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa Escrita e Falada (PROPOR'2000)*. São Paulo: ICMC/USP, 131-140. (<http://www.linguatexa.pt/CETEMPUBLICO>).
- Xavier, Maria Francisca (coord.): *Digital Corpus of Medieval Portuguese (CIPM - Corpus Informatizado do Português Medieval)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (<http://cipm.fch.unl.pt/>).